



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015.**

2 **ATA Nº 10/2.015** - Aos dez dias do mês de novembro, do ano de dois mil
3 e quinze, às nove horas e trinta minutos, no auditório da Controladoria
4 Geral da União, sita na Av. Comendador Gustavo Paiva, nº 2.789, 4º andar
5 do Ed. Norcon Empresarial, Mangabeiras, nesta cidade, compareceram à
6 nossa reunião ordinária, conforme lista de presença anexa, os seguintes
7 membros: Srs. José William Gomes da Silva (CGU/AL), Fernando C. de
8 Carvalho (SMCI-Maceió), Diego Fonseca (APROMAL), Pedro
9 Guido (ISV), Paulo José Monteiro Santos Lima (AGU), Paulo Cotti
10 Neto (AGU), Fernando Teles de Farias (CEDDH), Sérgio Studart (CGU),
11 Gustavo Henrique de Albuquerque Santos (MPC), Luiz Antônio Palmeira
12 Cabral (UFAL), José Carlos Castro (MPE/AL) e Sras. Valéria Bezerra (RFB),
13 Rosa Maria Barros Tenório (TCE), Júlia Cadete (MPF), Adriana
14 Peixoto (CGE), Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto (UNEAL), Helenice
15 Balbino (SINTEAL) e Maria Consuelo Correia (SINTEAL). Justificou sua
16 ausência, o Sr. Antônio Carlos Gouveia. **Item 1 da Pauta: Aprovação da**
17 **Ata da reunião anterior** - Antes da aprovação da Ata por unanimidade,
18 sem ressalvas, após o conhecimento de seu teor por todos os presentes, o
19 Sr. Coordenador, juntamente com o anfitrião Sr. José William, apresentou
20 os votos de boas vindas aos novos membros do FOCCO, justificando a
21 ausência do Sr. Antônio Carlos Gouveia. **Item 2 da Pauta- Informes -**
22 **(2.1) Reunião ENCCLA:** O Sr. Coordenador após um breve histórico
23 sobre a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de
24 Dinheiro e, também, da importância de nossa presença no evento, que
25 contou com a participação conjunta de integrantes da ENCCLA e da
26 sociedade civil e grupos estaduais de controle, justificou a presença do Sr.
27 Pedro Guido como nosso representante, aqui escolhido por suas excelentes
28 qualidades, detentor de alto conhecimento na matéria e por ser um
29 impetuoso combatente contra os atos de improbidade em nosso Estado.
30 Agradeceu, por fim, ao DETRAN/AL a cessão das passagens para
31 deslocamento de nosso mandatário a Brasília, aqui representado por seu
32 Presidente, Dr. Antônio Carlos Gouveia. Já o Sr. Pedro Guido,
33 complementando as informações do Sr. José Carlos, disse que participaram,
34 também, do acontecimento, Grupos Estaduais como as Redes de Controle,
35 Fóruns Permanentes de Combate à Corrupção (FOCCO) e o Movimento
36 Articulado de Combate à Corrupção (MARCCO), que apresentaram suas
37 ações já realizadas e novas propostas para ajudar no enfrentamento à
38 corrupção no país, com objetivo da contínua troca de informações, ideias e
39 monitoramento para a construção coletiva de políticas públicas, de
40 enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro em nosso país.
41 Informou, ainda, que compareceram ao encontro, representantes dos



42seguintes estados, além de Alagoas: Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Mato
43Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do
44Norte, São Paulo e Santa Catarina. Sobre sua efetiva participação, citou a
45apresentação da planilha “ENCCLA+REDE+FOCCO+MARCCO – Ações
46Realizadas e Propostas de Novas Ações” e, também, do nosso importante
47projeto “Parlamento Jovem Universitário”. Voltando a intervir, o Sr.
48Coordenador afirmou que, após o encontro de João Pessoa (PB), passou a
49existir uma maior interação entre os FOCCO. **(2.2. Parlamento Jovem**
50**Universitário:** A Sra. Valéria confirmou os problemas já citados em nossas
51reuniões anteriores, destacando sobremaneira, neste momento, a ausência
52dos documentos já solicitados à Câmara de Vereadores, até aqui não
53fornecidos, com evidentes prejuízos à execução da parte prática do projeto.
54Afirmou, também, o propósito de realizar um encontro com os Jovens
55Parlamentares das 3(três) Universidades, visando a apresentação de um
56questionário, com objetivo de identificar as razões de possível dispersão
57dos alunos. A Sra. Nadja, atenta às discussões, citou como solução o
58emprego de medidas de estímulo, visando uma melhor participação e
59integração dos parlamentares. Registrou, também, a importância da
60aplicação do questionário, mas lembrou, por outro lado, as dificuldades
61enfrentadas nas Universidades. Já o Sr. Sérgio Studart propôs, a título de
62uma nova concepção, alternar as atividades com a aplicação de exercícios,
63mesmo que não seja com os documentos solicitados à Câmara de
64Vereadores, mas com impressos criados, simulados. O Sr. Pedro Guido
65aprovou a opinião citada pelo representante da CGU, registrando, porém, as
66dificuldades que poderão advir para alcançar referidos objetivos pela
67indisponibilidade de cada membro da Comissão de Capacitação, voltando a
68insistir, sob outra perspectiva, na necessidade dos documentos solicitados à
69Câmara de Vereadores, até porque já se exauriu o prazo regulamentar para
70o fornecimento do que fora requerido. A solução é envolver o MPE/AL,
71finalizou ele. O Sr. Luiz Antônio, com o propósito de por termo ao impasse,
72colocou-se à disposição para analisar o problema, diretamente com o
73Controlador Geral da Câmara, Dr. Daniel Salgueiro. **(2.3) Levantamento**
74**Recolhimento Imposto de Renda – Câmaras :** Objeto de citação na Ata
75de nossa última reunião ordinária. Foi constatado idêntico problema,
76quanto ao não recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte dos
77membros e servidores das Câmaras de outros municípios, em que essa
78receita não repassada aos cofres dos Tesouros Municipais chega a superar a
79do IPTU, segundo levantamento, relativo ao exercício de 2.014. **(2.4)**
80**Outros:** O Sr. Pedro Guido, sempre combativo e atento à legislação,
81lembrou a utilidade e possível aplicação do Art. 1, § 1 da Lei dos Prefeitos
82– Decreto Lei 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e



83 Vereadores, e dá outras providências para casos de improbidade
84 administrativa, em substituição ao bloqueio de verbas a serem liberadas aos
85 municípios, cuja restrição somente prejudica seus habitantes, já carentes de
86 políticas públicas. Citou ele, ainda, a questão dos rendimentos das
87 aplicações financeiras do Poder Legislativo Municipal, tendo em vista o
88 zelo necessário no sentido de que na próxima proposta orçamentária, seja
89 elaborado um orçamento de receita contemplando além das transferências
90 do Tesouro, o produto das aplicações financeiras, procedendo-se também a
91 contabilidade orçamentária das receitas. Foi citado, também, com
92 destaque, o programa “Cadê o Dinheiro Que Tava Aqui?”, que trata dos
93 escândalos envolvendo política e corrupção. **Item 3 da Pauta: Dia**
94 **Internacional de Combate à Corrupção – Encaminhamentos do**
95 **evento:** As providências referentes à sua realização estão sendo
96 devidamente tomadas, de conformidade com os registros constantes na Ata
97 de nossa última reunião ordinária, com o objetivo de celebrarmos essa data
98 que é uma das mais marcantes do calendário da cidadania. **Item 4 da**
99 **Pauta: Apresentação/Deliberações – Pagamento de precatórios para**
100 **Municípios verbas FUNDEF/FUNDEB - Propostas de atuação**
101 **integrada (MPE/MPF/CGU/AGU/TCU/TCE/DPF):** O Sr. Coordenador,
102 preocupado com o destino dos recursos públicos, informou sobre o
103 montante a ser liberado em nosso Estado, resultante de diversas ações de
104 alguns Municípios contra a União, com sentença transitada em julgado,
105 referente a diferenças do FUNDEF/FUNDEB, tendo em vista a ejeção de
106 considerável volume desses haveres em diversas Prefeituras, face a
107 humilhante posição no ranking das redes de ensino estadual do País, em
108 que Alagoas ocupa o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
109 (IDEB). Diante dessa inquietação e da importância do tema O Sr. Diego
110 Fonseca propôs a realização de uma reunião extraordinária, para tomada
111 das providências cabíveis. O Sr. Coordenador, voltando a intervir, a título
112 de precaução com a evolução do assunto disse da necessidade,
113 primeiramente, de haver uma fiscalização para que a verba entre realmente
114 a crédito das contas correntes do FUNDEB, e depois fiscalizarmos para que
115 o dispêndio seja realmente aplicado na educação. Concluiu, informando
116 que o FOCCO, através dos órgãos de controle, irá acompanhar o
117 desenvolvimento dos repasses, sugerindo, por fim, a realização de uma
118 coletiva de imprensa em local, data e horário a serem definidos. Quanto a
119 Branquinha e Feira Grande que já receberam respectivos repasses, a CGU
120 ficou de fiscalizar a real aplicação desses recursos. **Item 5 da Pauta:**
121 **Considerações finais:** O Sr. Coordenador, após ouvir o colegiado, sugeriu
122 a data de 10 de dezembro seguinte, para a realização de nosso próximo
123 encontro, oportunidade em que ocorrerá, também, nossa confraternização



124natalina, ficando o local a ser definido, posteriormente. com a possibilidade
125de acontecer no SINMED. Não havendo mais nada a ser discutido, foi
126encerrada a reunião às 12 horas, da qual, eu, Fernando Teles de Farias,
127Secretário Ad hoc, lavrei a presente Ata, que vai, também, assinada pelo Sr.
128Coordenador e demais membros presentes à reunião.

129

130

131

José Carlos Castro

132

Coordenador.

133

134

Fernando Teles de Farias

135

Secretário Ad hoc.

136

137

José William Gomes da Silva

138

CGU

139

140

Valéria Bezerra

141

RFB

142

143

Fernando C. de Carvalho

144

SMCI/Maceió

145

146

Diego Fonseca

147

APROMAL

148

149

Rosa Maria Barros Tenório

150

TCE

151

152

Pedro Guido

153

ISV

154

155

Paulo José Monteiro Santos Lima

156

AGU

157

158

Paulo Cotti Neto

159

AGU

160

161

Júlia Cadete

162

MPF

163

164



165	Sérgio Studart
166	CGU
167	
168	Gustavo Henrique de Albuquerque Santos
169	MPC
170	
171	Adriana Peixoto
172	CGE/AL
173	
174	Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto
175	UNEAL
176	
177	Luiz Antônio Palmeira Cabral
178	UFAL
179	
180	Helenice Balbino
181	SINTEAL
182	
183	Maria Consuelo Correia
184	SINTEAL